Educação

O ensino particular entra em colapso

Pais reclamam das mensalidades, donos ameaçam fechar e professores se queixam dos salários

Sonia Pedrosa

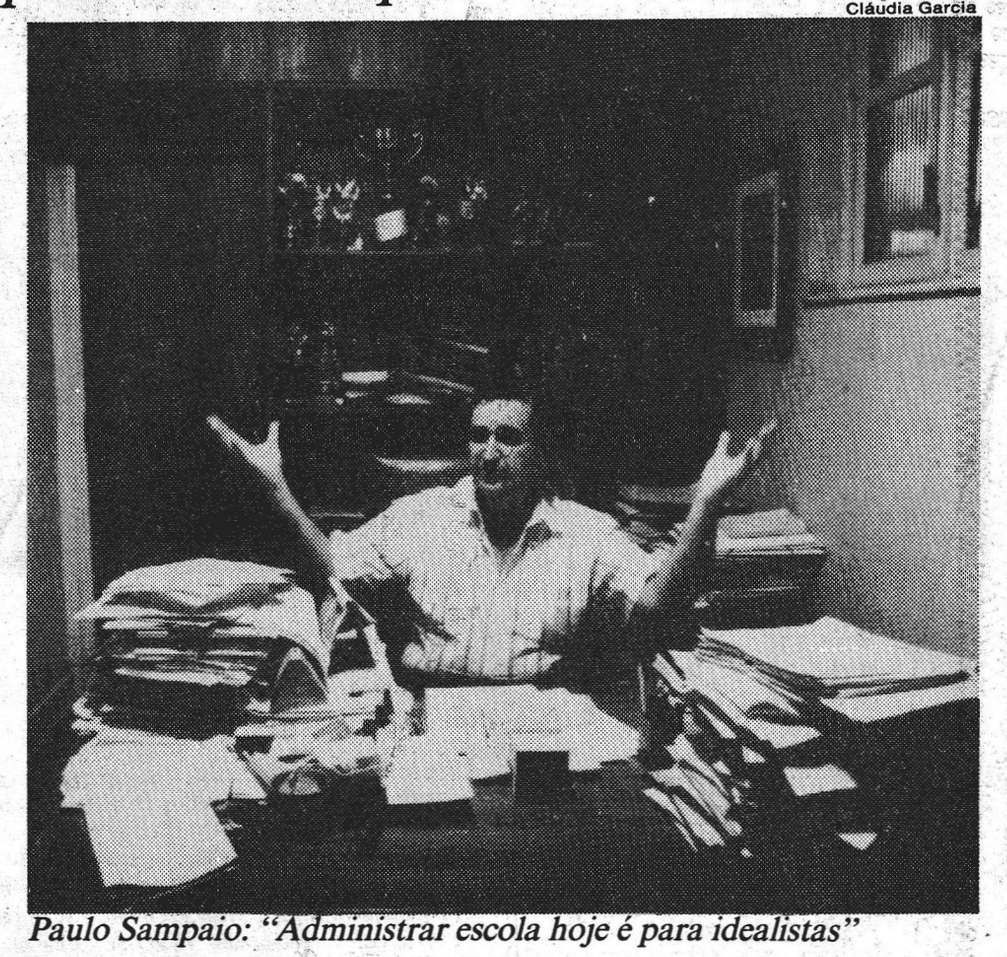
A escola particular, uma solução que muitos pais passaram a procurar depois de seguidas greves do ensino público, também entrou em colapso. A maioria dos diretores alega que não existe razão financeira para manter a escola funcionando e que melhor seria fechá-la. Exageros à parte, as escolas experimentais e da periferia sofrem realmente com o arrocho salarial, o aumento de preços de material e, principamente, com os altos impostos que têm que pagar. Para as escolas tradicionais da Zona Sul, situadas em locais privilegiados, e os grupos educacionais — como se denominam os proprietários de três ou mais escolas, professores oriundos dos cursinhos pré-vestibulares — a situação não se afigura tão caótica.

Depois dos abusivos aumentos do ano passado, que levaram os estudantes às ruas respaldados pela população, o governo desistiu do decreto que liberava o preço das mensalidades. Isso foi em abril, pouco depois da histórica declaração do ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, recomendando aos pais de alunos uma solução que lhe parecia simples: quem não pudesse arcar com as mensalidades das escolas particulares, que transferisse os filhos para as escolas públicas.

Sônia D'Almeida

Veiga de Almeida conseguiu estabilizar as finanças do colégio

Cláudia Garcia



Paulo Sampaio: "Administrar escola hoje é para idealistas"

Indignação — Como resultado da reação indignada da Ames (Associação Municipal dos Estudantes Secundaristas) e das associações de pais de alunos, o governo federal resolveu aumentar o controle sobre o preço das mensalidades, com o decreto 95.921, que estabelecia critérios para o reajuste das taxas escolares. O lucro permitido às escolas foi fixado em 10% sobre as despesas. O golpe de misericórdia sobre a economia das escolas foi o congelamento de preços, anunciado pelo Plano Verão. A escola deixou de ser um bom negócio — a imprensa chegou a divulgar porcentagens exorbitantes de aumentos em todo o país, bem acima do índice de inflação —, para se transformar em empresa sob a tutela do Estado.

Em maio, a Portaria nº 75, do Ministério da Fazenda, autorizou um reajuste de até 43,41% e no mês seguinte, novo aumento foi permitido, dessa vez de 30%. No mesmo mês, o governo adotou o sistema de liberdade vigiada, que torna as variações mensais possíveis, desde que os colégios enviem suas planilhas de custos à Sunab ou aos conselhos estaduais e federal de Educação, comprovando aumento em seus custos. A polêmica, no entanto, está mais viva do que nunca e os donos de escola continuam a reclamar, preocupados com a redução dos lucros e com a rigorosa fiscalização que o governo promete fazer.

Há aqueles que têm o bom senso de admitir que sua escola vai bem e que conseguem equilibrar seus orçamentos. Um exemplo é o professor Mário Veiga de Almeida, dono das faculdades e do colégio Veiga de Almeida, na Tijuca e Barra da Tijuca. "Depois da crise do ano de 1987, consegui estabilizar melhor as finanças do colégio e agora os negócios estão se encaminhando". O diretor também não colocou empecilhos para revelar as mensalidades que cobrava em abril e o salário de seus professores, embora não apresentasse uma planilha de custos escolares. O colégio cobra mensalidades entre NCz$ 210,31 e NCz$ 272,11, este mês. O salário dos professores é pago conforme o número de aulas, com exceção daqueles que lecionam no 1º grau e recebem salário de NCz$ 603,79. A aula para o 2º grau está entre NCz$ 9,03 e NCz$ 10,61.

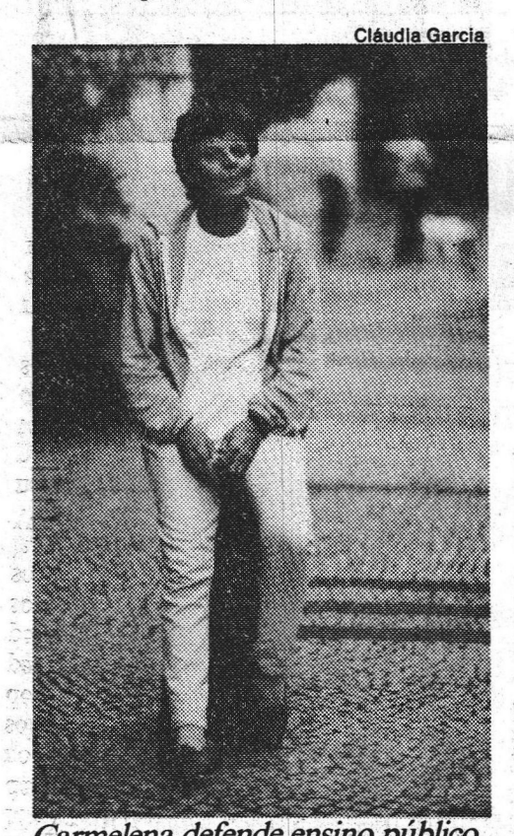
"Não tenho do que me queixar, consigo manter perfeitamente o colégio", admite Edgard Flexa Ribeiro, dono do tradicional Colégio Andrews, de Botafogo, que há cerca de três gerações passa de pai para filho. Ele garante, no entanto, que seu lucro é menor que há alguns anos e afirma não haver razão financeira para manter aberto o colégio, que esse mês cobrou de seus 2.200 alunos mensalidades de NCz$ 163,45 a NCz$ 209,43, e paga a seus professores salários de NCz$ 6,34 a NCz$ 21,08 a hora de aula. "Tudo indica que eu deveria parar as atividades do Andrews", afirma Flexa Ribeiro, embora se recuse a mostrar a planilha de custos, sob a alegação de que não se pode comparar a economia de um colégio da Zona Sul com a de uma escola de periferia.

Idealismo — "Administrar escola atualmente é tarefa para idealista", explica o presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino, Paulo Sampaio, um dos donos do grupo educacional que congrega o Colégio Princesa Isabel, o Colégio Brasil e o Colégio Brasil-América. O Princesa Isabel não revela nem mesmo o valor das mensalidades. Paulo Sampaio é um dos nove sócios do grupo oriundo do antigo Miguel Couto-Bahiense, o mais famoso dos cursinhos vestibulares da década de 70, que mais tarde comprou o Princesa Isabel e se dividiu em facções. Uma delas, à qual pertence Paulo Sampaio, comprou mais tarde os outros colégios que formam o grupo, hoje muito bem-sucedido.

Os diretores de colégio costumam reforçar seus lamentos com o argumento de que lucrariam muito mais se vendessem o imóvel e aplicassem o dinheiro no overnight. Mas admitem que o proprietário de qualquer estabelecimento localizado em áreas valorizadas — escola ou não — sofre essa desvantagem perversa em relação à especulação financeira. Escolas tradicionais que pertenceram à mesma família durante várias gerações até têm motivo para tentar equilibrar o orçamento e continuar funcionando, mas para os grupos educacionais não existe essa razão sentimental.

Em cinco anos, 900 novas escolas no estado

Cláudia Garcia



Carmelena defende ensino público

De 1984 aos dias de hoje, foram abertas cerca de 900 novas escolas particulares em todo o estado do Rio de Janeiro. Os dados são da Divisão de Apoio Técnico da Secretaria estadual de Educação. Para o diretor do Colégio Andrews, Edgard Flexa Ribeiro, a queda na qualidade do ensino público foi a causa da evasão da classe média da escola oficial para a particular: "Hoje, a escola particular deixou de ser uma opção, como acontece nos países desenvolvidos, para ser a única solução".

Enquanto aumentava a procura da escola pública pela classe média, proliferavam as escolas particulares. "No início, esses estabelecimentos de ensino forma subvencionados pelo poder público, através de bolsas. Hoje eles respondem por boa parte das escolas do estado", diz Flexa. O diretor do Colégio Andrews acredita que a despesa com a educação representou um encargo a mais no orçamento das famílias de classe média, já tão esmagado pelos arrochos salariais. E não é à toa que os pais de alunos reclamam dos freqüentes reajustes de mensalidades. "O pai reclama porque se sente bitributado. Paga os impostos que deveriam garantir a educação escolar ao filho e a mensalidade do colégio particular. Na verdade, eles acham que não deveriam pagar para o filho estudar", concorda Paulo Sampaio, presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino.

Os diretores de escolas ponderam que, se o ensino público fosse de qualidade, só colocaria os filhos nos colégios particulares quem realmente tivesse vontade e condições de pagar o que a instituição estabelecesse. Há quem acuse o governo de demagogia, ao tentar controlar o preço das mensalidades escolares. "A escola particular responde a uma responsabilidade social que deveria ser do governo", reclama Domingos Carvalho Filho, diretor dos colégios Planck Einstein, Imperial e Guanabara. É o controle do governo sobre as mensalidades, segundo os diretores, que impede que se paguem melhores salários aos professores e afeta a qualidade de ensino. "O drama é a incompetência do Estado em dar o ensino público de que a população necessita. Me sinto impotente. Não faço a escola que quero e nem pago aos professores o que gostaria de pagar", proclama o diretor do Andrews.

O presidente do Sindicato de Professores do Município do Rio de Janeiro, Gilson Pupin, tem a mesma opinião. "A luta dos pais de alunos deveria ser por um ensino público de qualidade", garante ele. Mas a diretor da Apaerj (Associação dos Pais de Alunos das Escolas Particulares do Rio), Carmelena Pereira, ainda acredita no ensino público. Para ela, a escola particular tradicional se preocupa demais com o conteúdo específico das matérias e acaba esquecendo a formação de consciências. "A maioria dos homens públicos estudou nesses colégios e está aí, reproduzindo um sistema de opressão". O problema, segundo ela, é que as escolas públicas são precárias e tratadas com descaso pelo governo, em desrespeito à população.

Para Carmelena, quem não deixa a escola pública melhorar são os empresários do ensino, "que estão infestando os órgãos públicos ligados à educação". Já Gilson Pupin acredita que parte dos diretores sérios, como Flexa, deseja que a escola pública se firme e tenha qualidade. Mas 90% das escolas particulares não querem isso. "A escola pública forte liquida com os *botequins do ensino*, ou seja, as escolas particulares pequenas e sem significado".

Experiências alternativas custam caro

José Roberto Serra

Aristeu Leite, do Oga Mitá: escola barata é sempre medíocre

Ensino de boa qualidade custa caro. Esse é o pensamento da direção de, pelo menos, duas das escolas alternativas mais importantes do Rio de Janeiro: o Ceat (Centro Educacional Anísio Texeira), em Santa Teresa, e a Oga Mitá, no Grajaú. Uma escola de qualidade necessita, segundo eles, de grandes gastos com pessoal e material didáticos, um número reduzido de alunos por turma e despesas com consultoria pedagógica. Para Márcia e Aristeu Leite Filho, diretores da Oga Mitá, que funciona em sistema de cooperativa de pais de alunos, não existe escola barata que não seja medíocre.

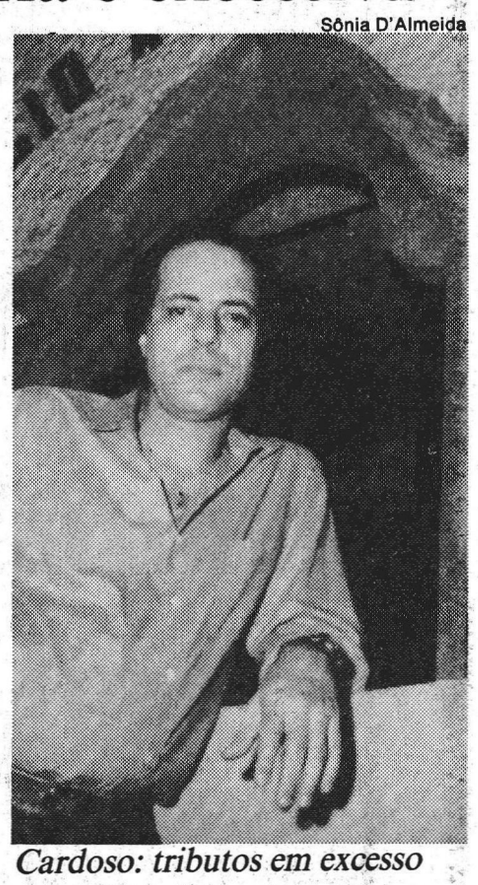
Tanto a Oga Mitá como o Ceat, administrado em sociedade por professores e funcionários, foram criados visando a uma proposta nova de educação. "Nosso objetivo não é ganhar dinheiro com escola, mas desenvolver um ensino moderno, sem a figura do *tubarão do ensino* explorando. Mas o preço é alto", explica Aristeu Leite, da Oga Mitá, que recebe salário, como todos os demais funcionários da escola, e não tem participação no lucro. "Desde o início, a sociedade não visava o lucro. O que resta da receita deveria ser aplicado na formação dos professores. Mas atualmente estamos em déficit", diz Emília Maria Augusto dos Santos, do Ceat.

As duas escolas enfrentaram problemas com a Sunab. Na Oga Mitá, são os próprios pais de alunos, em assembléias, que determinam o preço das mensalidades, de acordo com as melhorias que desejam. A mensalidade não está barata (NCz$ 181,88), mas os pais dos 356 alunos fizeram uma opção pelo ensino de qualidade e estão em condições de pagar. A maioria, segundo os diretores, é de funcionários públicos e bancários. A Sunab, porém, não levou em conta o índice fixado pelos pais e chegou a multar a escola.

Emília reclama que a Sunab se reportou a dezembro de 1988 ao fiscalizar o preço da mensalidade, no início do ano letivo de 1989, quando deveria observar os cálculos previstos para janeiro deste ano. O aumento permitido em junho (30%) também não foi suficiente para cobrir as despesas da escola. O Ceat, ao contrário da Oga Mitá, enfrenta, desde o ano passado, problemas com os pais de alunos, em relação às mensalidades, que estão entre NCz$ 146,59 e NCz$ 167,36. "Noto que eles estão com dificuldades de pagar a escola", diz a diretora. Tanto que ela tenta superar, no momento, inúmeros atrasos de pagamentos. A diretora não acredita que a liberação das mensalidades fosse a solução, mas defende uma diferenciação no tratamento legal de cada instituição educacional. "Lamento que as leis não permitam a distinção da especificidade dos projetos educacionais", diz ela.

Carga tributária é excessiva

Sônia D'Almeida



Cardoso: tributos em excesso

O Colégio Arte e Instrução foi a primeira escola particular da cidade do Rio de Janeiro, segundo o diretor Sidney Cardoso. Seu avô, Ernani Cardoso, fundou o colégio em 1905, no subúrbio de Cascadura. Hoje ele empresta seu nome à avenida onde fica o colégio. Tradicional, o Arte e Instrução funciona num prédio antigo e ocupa grande área: tem quadra de esportes, campo de futebol, auditório e laboratório de ciências. Teve sua fase áurea, mas hoje o diretor enfrenta dificuldades para manter funcionando em boas condições a herança familiar.

A principal dificuldade, segundo Sidney, é a carga tributária cobrada pelo governo. "O que o colégio paga de impostos é um absurdo, consome todo o lucro que poderíamos obter para reinvestir em melhorias", explica ele. O Decreto 95.921 estabeleceu que a escola só poderia ficar com 10% de lucro sobre a despesa geral e que 70% de sua receita deveriam ser destinados à folha de pagamento do pessoal. Em junho, a despesa com a folha de pagamento no Arte e Instrução superou esse percentual, ficando em 71.82%. Dos NCz$ 42.972,42 pagos aos funcionários e professores, NCz$ 12.974,05 eram referentes a encargos tributários. E dos 29.76% disponíveis à escola, cerca de 13% estavam comprometidos com tributos.

Entre os impostos que uma escola paga estão o IPTU, o ISS, Light (fora o quilowatt consumido), Finsocial, Iapas e FGTS, além das contas de água, telefone e faturamento do PIS. Como o que restou (menos de 17%) foi destinado a cobrir as despesas gerais de manutenção — compras de papel, material de limpeza, lâmpadas, etc. —, a escola terminou o mês com déficit.

Sidney lembra que os colégios religiosos, como Santo Inácio, Santo Agostinho e outros, estão isentos de impostos, pois pela lei são considerados instituições sem fins lucrativos. E a maioria se localiza em áreas privilegiadas, cobrando por isso altas mensalidades. Já o Arte e Instrução, por ficar em área periférica, atende a uma clientela carente e sofre com o arrocho salarial. Cobra mensalidades baixas em relação às escolas tradicionais — NCz$ 38,34 a NCz$ 87,48, em julho —, e mesmo assim enfrenta dificuldades para receber dos 1.481 alunos. O índice de inadimplência (alunos devedores) é grande e muitos alunos têm descontos. O colégio também não cobra multa por atrasos, já que eles têm se tornado constantes.